

**SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO 2022**

*DL*  
*h v*

## Índice

Sumário Executivo .....	3
Órgãos Sociais em funções .....	4
Estrutura Acionista .....	5
Enquadramento Macroeconómico .....	6
Principais indicadores da atividade .....	12
Principais acontecimentos .....	14
Factos relevantes .....	14
Objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros .....	15
Perspetivas para 2023 .....	15
Factos relevantes após o termo do exercício .....	15
Proposta de aplicação de resultados .....	16
Nota Final .....	16

S DR  
2

## **Sumário Executivo**

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

No ano de 2022, a Sociedade continuou responsável pela gestão do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa. Em 26 de outubro de 2022 foi transferida a gestão do Fundo de Pensões BANIF (adiante conjuntamente designados por “Fundos de Pensões”), após conclusão do processo com a entidade reguladora, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Os riscos financeiros foram sempre acautelados, mantendo um rigoroso controlo sobre os riscos operacionais e legais, as flutuações de mercado e o sustento da liquidez.

A gestão das carteiras está delegada na Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“SAM”), sendo partilhadas entre as sociedades as componentes de operações, riscos e compliance e financeira.

Destaque para o Fundo de Pensões Banco Santander Totta que foi distinguido com o prémio de Melhor Fundo de Pensões em Portugal 2022 pela prestigiada revista britânica IPE - Investments & Pensions Europe, no âmbito do evento IPE Conference & Awards 2022, pelo segundo ano consecutivo.

DR

h y

## **Órgãos Sociais em funções**

### **Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2022/2024**

Presidente António Terra da Motta  
Secretário Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

### **Conselho de Administração – Mandato 2022/2024**

Presidente Nuno Miguel de Oliveira Henriques  
Vogal Luís Manuel Matos Figueiredo (com funções executivas)  
Vogal Lázaro de Lázaro Torres (não executivo – cessou funções em 31 de dezembro de 2022)  
Vogal Diego Ruiz Reija (não executivo)  
Vogal Sara Eusébio da Fonseca (não executivo)

### **Conselho Fiscal – Mandato 2022/2024**

Presidente José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt  
Vogal Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento  
Vogal Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

### **Revisor Oficial de Contas – Mandato 2022/2024**

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues

DR  
h l

### ***Estrutura Acionista***

O capital social da Sociedade encontra-se representado por 200 000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., entidade constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5.º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de 7 291 170 350,50 euros.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do atual acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos da operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

DR

h

v

## **Enquadramento Macroeconómico**

O ano de 2022 iniciou-se com a inflação continuada e persistente como principal tema das economias americana e europeia. Consequentemente, as políticas económicas acomodativas de taxas de juro negativas e estímulos que tinham vigorado durante a pandemia da COVID-19 davam sinais de estar prestes a terminar.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) esteve na vanguarda desta viragem, muito devido aos discursos do seu presidente, Jerome Powell, que não descartava subidas das taxas de juro a cada reunião até ao final do ano de 2022. Esta retórica levou os mercados a prepararem-se para subidas de taxa de juro consecutivas, descontando já a taxa de juro terminal, maiores do que o previsto no decorrer do ano anterior.

Como efeito, a perspetiva de uma política monetária mais apertada levou a uma queda generalizada dos ativos de risco no primeiro trimestre, com as ações globais a terem o seu pior desempenho desde a primeira vaga da pandemia de COVID-19. Pela primeira vez desde 1994, os ativos de crédito também acompanharam a tendência de queda, juntamente com os típicos ativos mais seguros como a dívida governamental e os metais preciosos.

O primeiro trimestre do ano foi também profundamente marcado pela passagem das ameaças do presidente da Rússia, Vladimir Putin, aos atos, com a invasão à Ucrânia na chamada "operação militar especial", no dia 24 de fevereiro de 2022. Este evento teve um impacto tremendo nos mercados globais e em todas as classes de ativos. A onda de sanções à Rússia, um dos principais fornecedores de matérias-primas, como o gás e o petróleo, e a diminuição do fornecimento de trigo pela Ucrânia, causaram pressões inflacionárias a nível global. Este período viu o petróleo brent a subir acima dos 100\$ por barril, pela primeira vez desde 2014, o gás natural a subir mais de 15% e o trigo mais de 20% durante os meses de fevereiro e março de 2022.

Consequentemente, estes eventos tornaram o trabalho dos bancos centrais bastante difícil dado que, por um lado, não poderiam agir diretamente sobre um choque na oferta a este nível e, por outro, a consequência da sua inação resultaria num cenário de estagflação com o risco de uma inflação persistente a longo prazo. Este risco depressa se começou a tornar em um cenário de elevada probabilidade após o lançamento dos dados da inflação norte-americana, que atingiram um valor recorde de mais de 7,5% em fevereiro de 2022.

Na Europa, os discursos dos membros do Banco Central Europeu (BCE) também indicavam uma potencial subida agressiva das taxas de juro de referência, algo que já não se verificava há 11 anos. Esta perspetiva, adicionada à agitação geopolítica, impactou os ativos de risco pela negativa com os declínios no mercado acionista norte-americano a atingirem os 8% anuais e no europeu os 6,9% anuais. O primeiro trimestre de 2022 produziu também a inversão da curva dos títulos de dívida pública norte-americana dos 2 e 10 anos, um claro sinal de que uma recessão estaria próxima.

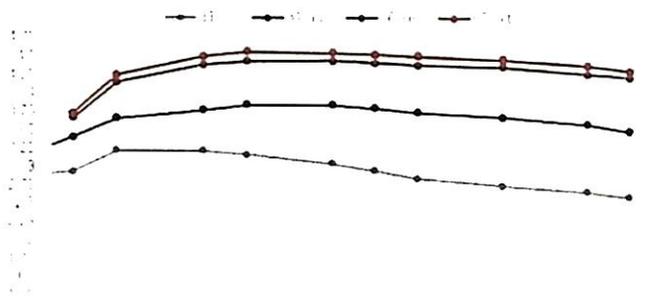
Os temas do início do segundo trimestre do ano replicaram em larga medida os do primeiro. A inflação começava a atingir valores recorde tanto na Zona Euro como nos Estados Unidos, posicionando-se nos 7,4% e 8,3% respetivamente. O desconto que os mercados davam em termos da taxa de juro terminal da FED para o final do ano subia pelo nono mês consecutivo em abril. Por outro lado, a guerra na Ucrânia continuava a pôr pressão no preço da energia com o fecho do fluxo de gás russo para a Europa do Leste.

Os meses seguintes continuaram com as más notícias que apontavam para uma economia norte-americana mais frágil e a continuação da política de COVID-19 zero na China. A conseguinte publicação dos dados do índice de preços de consumidor na Zona Euro no fim de maio, onde foram atingidos valores acima dos 8% - a subida mais rápida da inflação desde a existência da moeda única europeia - causou, mais uma vez, quedas abruptas nos ativos de risco e nos ativos de obrigações, devido ao crescente medo de que os aumentos das taxas de juro para combater a inflação iriam enviar as economias desenvolvidas para uma recessão. Inclusive, o S&P500 começou a entrar em níveis de *bear market*.

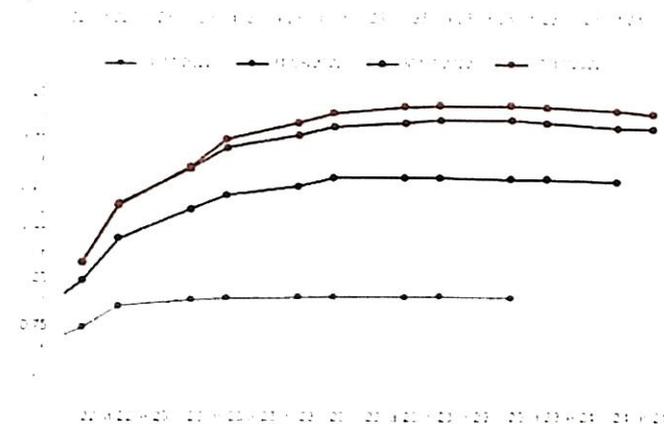
Em meados do ano, com os esforços da União Europeia e Turquia, foram alcançados acordos entre a Rússia e a Ucrânia para a distribuição do trigo ucraniano através de um corredor no mar Negro, o que aligeirou a pressão no preço de várias matérias-primas tais como o petróleo, ferro, cobre e trigo. É aqui que surge, pela primeira vez, a ideia do *pivot*, a viragem para políticas económicas mais suaves, onde os investidores acreditavam que, o abrandamento do crescimento económico e a possibilidade de se ter atingido o pico da inflação, iria fazer com que os Bancos Centrais fossem menos agressivos nos seus próximos aumentos de taxa. Devido a esta premissa, os mercados começavam a descontar, tanto uma redução nas expectativas de inflação, como uma taxa terminal menor no final do ano. Inclusive, os mercados começaram até a prever uma descida nas taxas de juro até ao final de 2022. Esta ideia levou a uma recuperação nos ativos de dívida empresarial e pública e um salto nas ações, com os índices do NASDAQ, S&P500 e Stoxx 600 a registarem subidas acima dos 8% em julho.

Do lado europeu, a maior preocupação continuava a ser os abastecimentos de gás e as possíveis consequências das manobras geopolíticas em torno das supostas reparações do pipeline Nord Stream 1. Apesar do gás ter começado a fluir durante duas semanas após a primeira paragem, atuava apenas a 20% de capacidade. Com isto em mente, os estados da União Europeia alcançaram acordos para a redução de emergência nos consumos de gás para o inverno, o que fez disparar os futuros deste recurso natural acima dos 28% em julho após uma subida de 50% no mês anterior. Neste período, também foi encetado o convite formal da NATO para a Suécia e a Finlândia, com fronteiras com a Rússia a juntarem-se à aliança atlântica. Durante este período, o BCE também encetou o primeiro aumento de taxas de juro em 11 anos, subindo em 0,50%, levando a taxa diretora a 0% e a taxa de refinanciamento a 0,5%. Conjuntamente, anunciou aos mercados que iria reavaliar os aumentos com base em cada reunião, e uma nova ferramenta de apoio, o Instrumento de Proteção de Transmissão (IPT) que permitiria ao BCE intervir para impedir um aumento desproporcionado das taxas de juro de alguns países, o que traria algum alívio aos mercados periféricos.

A primeira metade de agosto parecia confirmar as ideias dos investidores em relação ao *pivot* com os dados de inflação norte-americanos a estar abaixo do estimado pelos mercados, indicando que o pico da inflação já havia passado. Adicionalmente, o número de empregos que excederam, pela primeira vez, os máximos pré-pandemia também trouxeram esperanças redobradas, causando de novo uma forte recuperação nos mercados acionistas e de dívida pública e empresarial.



Futuros das taxas Fed Funds (limite inferior)  
Fonte: Cálculos Bloomberg e SAM 07/10/2022



Estimativas da taxa de Depo com base nos futuros €STRN  
Fonte: Cálculos Bloomberg e SAM 07/10/2022

Não obstante, esta recuperação cedo se tornou numa correção expressiva após o seminário da Reserva Federal dos Estados Unidos em Jackson Hole. Neste evento, Jerome Powell apresentou uma visão bastante mais agressiva sobre a luta contra a inflação, indicando que seria provável que as políticas restritivas se mantivessem durante muito mais tempo. O presidente da reserva federal chegou mesmo a indicar, mais tarde, que o desemprego seria menos doloroso para a economia do que uma inflação elevada persistente.

Na Europa, um recorde nos números da inflação situada nos 9,1%, conjuntamente com o discurso mais restritivo do Banco Central Europeu, levava os mercados a descontar uma subida de 75 pontos base na reunião de setembro, com aumentos consecutivos nas três últimas reuniões do ano, levando o índice de dívida IBOXX a registar as maiores perdas desde a sua origem. As preocupações amontoavam-se com os preços da energia, com aumentos de cerca de 59% na Alemanha, o que representava um preço de 576 euros Megawatt-hora. A mudança nas perspetivas significou um aumento nas *Yields* de dívida pública europeia em valores há muito tempo não vistos, pondo ainda mais pressão neste tipo de ativos.

O 3º trimestre foi palco da demissão de Boris Johnson e a consequente eleição pelo partido conservador de Elizabeth Truss como nova primeira-ministra do Reino Unido, que apresentou um orçamento assente em cortes de impostos suportados em dívida. Este evento deu lugar a uma turbulência nos mercados, causando a queda da Libra para mínimos históricos, comparando com o dólar americano, e um declínio nos títulos de dívida britânica de 8,8%, acumulando perdas anuais acima dos 26%.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'OR' and a large checkmark-like symbol.

Em termos das reuniões dos bancos centrais, setembro viu o BCE aumentar as taxas de juro em 0,75% para uma taxa diretora de 1,25%. Neste momento, os mercados esperavam já uma taxa terminal de 3%, a mais elevada nos últimos 10 anos. Este facto fez-se sentir tanto nas ações, onde o STOXX 600 perdeu mais de 6% em setembro, como nas obrigações - tanto privadas como de governos - que diminuíram cerca de 4%. Por seu lado a FED continuou a sua política de remoção de estímulos com a terceira subida consecutiva da taxa de juros em 0,75%, fixando a taxa efetiva em 3,25%. Os mercados, por sua vez, reajustaram as expectativas de taxa terminal para os 4,6% até ao final de 2023. A preocupação dos investidores com a continuação das políticas de remoção de estímulos nos Estados Unidos, causou elevados níveis de volatilidade, com o S&P500 a cair mais de 5%, acompanhados de um aumento das *yields* a 10 anos acima dos 4% pela primeira vez desde 2010. O dólar continuou a valorizar, causando pressão também nos mercados emergentes.



A inflação continuou a não mostrar sinais de abrandamento durante este período com as estimativas da Zona Euro do final do trimestre a atingirem um valor acima dos 10%, devido ao choque energético. A pressão dos custos da energia levou os governos a adotar políticas orçamentais. Em setembro, várias explosões nos gasodutos do Nord Stream 1 e 2, que mais tarde se viriam a provar terem sido uma sabotagem propositada, aumentavam as tensões entre a Rússia, União Europeia e a NATO. Com uma subida trimestral de 30,6% no gás, a Alemanha anunciou um apoio de 200 mil milhões de euros para limitar o preço máximo deste recurso natural.

O último trimestre foi bastante volátil e repleto de desenvolvimentos macroeconómicos. No mês de outubro, o declínio de preços de gás natural na Europa devido ao tempo mais quente do que o habitual no continente, facto que resultaria numa menor procura por aquecimento e consequente manutenção das reservas. No Reino Unido, a tempestade nos mercados causada pelo orçamento de Liz Truss dava sinais de estar ultrapassada com a sua demissão e a eleição interna de Rishi Sunak como novo primeiro-ministro. O consequente anúncio de que as medidas previamente anunciadas iriam ser revertidas, aliado à redução do tempo dos apoios energéticos de dois anos para seis meses, levou a uma recuperação no preço da dívida pública britânica. Outro desenvolvimento político de relevo foi as eleições intercalares nos Estados Unidos, que de certo modo surpreenderam com os democratas a ganharem o Senado por 1 lugar e os republicanos a obterem a maioria da Câmara dos Representantes, mas com uma diferença bastante reduzida, o que poderia levar a empates técnicos nas reformas mais estruturais que, por sua vez, poderiam levar a impactos económicos, tal como o teto da dívida.

Outro fator que levou à esperança do *pivot* foi o aumento de apenas 25 pontos base da taxa diretora pelo Banco Central Australiano ao invés dos 50 esperados. Esta especulação em torno de uma viragem das políticas monetárias levou à melhor performance do S&P500 desde abril e à queda das *yields* das obrigações pela primeira vez desde a primeira metade de agosto.

Contudo, tal como nos meses anteriores, as esperanças de uma viragem nas políticas económicas foram abafadas pelos discursos dos membros da Reserva Federal Norte-americana e, mais tarde, pelos dados da inflação acima do esperado nos Estados Unidos, onde chegou aos 8,2%. Nesta altura, ficou cimentada a expectativa de mais uma subida de 75bps na taxa de juro norte-americana durante a reunião de novembro, levando o mercado de futuros a descontar uma taxa terminal de 5% pela primeira vez no ano.

Não obstante, mais tarde durante outubro surge uma nova esperança nos mercados após um artigo no Wall Street Journal indiciar estar a ser discutido o modo e os meios para aprovar uma subida menor em dezembro, apesar do aumento de novembro de 0,75% nas taxas de juro dos Estados Unidos estar praticamente garantido. Estas esperanças foram também ecoadas do outro lado do atlântico pelos comentários de tom mais suave na conferência de imprensa do Banco Central Europeu.

No final do mês os resultados aquém do esperado das empresas tecnológicas dos Estados Unidos (Amazon, Alphabet e Meta) causaram quedas pronunciadas nestes ativos e nos índices agregados. Outro fator negativo resultou da publicação de 239 000 novos empregos nos Estados Unidos, bastante acima dos 161.000 esperados pelos mercados, causando nova subida das *yields* nos últimos dois dias do mês. A este tom negativo juntou-se a divulgação *flash* dos dados de inflação na Zona Euro que atingiram um estonteante valor de 10,7%, fazendo com que a *pivot trade* perdesse força.

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

*h* *AD*  
8

O mês seguinte foi o mais positivo para os mercados em 2022 devido a vários dados que mostravam finalmente que o pico da inflação já teria passado. Os dados relativos ao mês de outubro nos Estados Unidos, conhecidos a 10 de novembro, mostravam uma inflação nos 7,7%, abaixo dos 7,9% esperados pelos investidores. Na Zona Euro, os números também surpreenderam pela positiva com 10,6% abaixo dos 10,7% esperado pelos economistas. Estes acontecimentos levaram os mercados a acreditar cada vez mais numa redução do ritmo de subidas de taxa de juro. Devido a esta onda de positivismo, os índices acionistas americanos e europeus tiveram subidas apenas vistas antes de abril de 2020. Entre outubro e novembro, os ganhos acumulados do S&P500 chegaram aos 14% e do Stoxx 600 aos 13,9%. Os mercados de dívida pública repercutiram este positivismo, tendo as *yields* a 2 anos das obrigações americanas apresentado a maior queda desde 2008, e os preços das obrigações a 10 anos subido 1,2%. Na Europa, a maior *performance* foi alcançada pelas *gilts* depois da estabilização das políticas orçamentais britânicas situando-se nos 4,7%, seguida de 2,6% na Zona Euro. Nos mercados de obrigações empresariais *Investment Grade* houve subidas de 2,9% nas empresas europeias e 3,6% nas norte-americanas. As obrigações *High Yield* também viram subidas de 5,3% nos Estados Unidos e Europa.

No final do mês, o discurso do presidente da Reserva Federal Norte-americana, Jerome Powell, deu claros sinais de que haveria um abrandamento dos aumentos das taxas de juro devido aos dados mais recentes. Estes sinais tiveram um eco nos dados *flash* da inflação na Zona Euro onde se havia atingido os 10%, abaixo dos 10,7% esperados pelos mercados, contribuindo para o tom positivo.

Do lado dos mercados emergentes, os comentários pelas autoridades chinesas acerca do aumento das taxas de vacinação na população idosa e a diminuição do período de quarentena deram esperanças aos investidores sobre a possibilidade do relaxamento da política de COVID-19 zero o que levou o Shanghai Composite a subir 8,9% e o Hang Seng disparar mais de 26,8%.

O mês de dezembro começou novamente com tom positivo devido aos ganhos dos meses anteriores. Esperava-se que o efeito sazonal do Natal conseguisse reduzir as perdas anuais durante o ano. Os investidores focaram-se nestes números e conduziram as *yields* da dívida pública americana a um declínio na primeira metade do mês, efeito que contagiou os títulos de dívidas de outros governos.

Reforçando esta ideia, o discurso do presidente do FED perante a Câmara de Representantes foi muito mais brando que o habitual e do que era esperado. Contudo, Jerome Powell não deixou de reforçar que, apesar do abrandamento, era provável que os aumentos durassem mais tempo e a taxa terminal fosse mais alta que o inicialmente previsto. Isto devido aos fortes números de emprego do país (263 000) e ao aumento da remuneração por hora, demonstrativos de uma economia resiliente que poderia impedir uma luta à inflação persistente.

No final do mês, a redução dos preços do petróleo e a estabilização do preço da habitação e bens alimentares nos Estados Unidos reforçaram ainda mais a tese de que já se tinha atingido o pico da inflação, sinal de que a

	2021	2022e
PIB EUA	5,90%	1,90%
Inflação EUA	4,70%	8,10%
PIB Zona Euro	5,30%	3,30%
Inflação Zona Euro	2,60%	8,50%
PIB Portugal	5,40%	6,40%
PIB Espanha	5,50%	4,60%
PIB China	8,10%	3,20%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

política monetária dos bancos centrais iria finalmente abrandar. No entanto, tal como foi comum ao longo do ano, a maioria dos investidores apenas se concentrou nas partes positivas dos discursos anteriores e dos dados económicos, escolhendo não se focar nos números que apontavam para um mercado de trabalho robusto e dos avisos de que a taxa terminal seria maior e os aumentos mais prolongados que anteriormente antecipado. Nas últimas reuniões do ano, os bancos centrais norte-americano e europeu, cumpriram as expectativas ao aumentar a taxa diretora em 0,5%, elevando a taxa federal americana entre os 4,25% e 4,50% e as taxas europeias a 2,5% e dos depósitos a 2%. Não obstante, os discursos dos presidentes em ambos os lados do atlântico apresentaram uma conotação muito mais restritiva do que antecipado pelos mercados depois de uma descida menos pronunciada das taxas de juro. Do lado americano, o foco manteve-se no forte mercado de emprego. Pela primeira vez, os membros da reserva federal apresentaram-se

se muito mais unidos na previsão da taxa final de 5%, com alguns membros a apresentarem uma taxa já acima desse valor.

Do lado europeu, a presidente do Banco Central, Christine Lagarde, foi ainda mais longe na negatividade do seu discurso do que o seu homólogo americano, indicando não só o aumento das previsões de inflação para 2023, mas também das taxas de juro terminais acima das expectativas nos 3,5%. Indicou também que se iria dar início ao programa de *quantitative tightening*, primeiro com paragem de compra de dívida pública, depois com a redução da quantidade de dívida pública no balanço do Banco Central. Estas más notícias fizeram os economistas reforçar

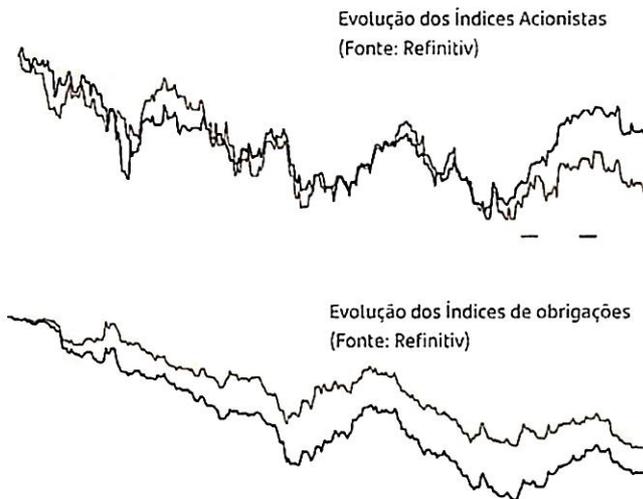
SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal  
Capital Social: € 1 000 000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

os medos de que estas políticas iriam causar uma recessão e que os bancos centrais não conseguissem fazer o chamado *soft landing*, ou seja a redução da inflação para os níveis alvo de 2% apenas com fraco ou nenhum crescimento económico ao invés de uma recessão. Estes receios levaram os mercados americano e europeu a perder alguns dos ganhos dos meses anteriores, com o S&P500 com perdas na ordem dos 4%, reação que foi acompanhada de forma menos pronunciada nos mercados de dívida pública e privada dos Estados Unidos. Na Europa, a dívida pública perdeu cerca de 4% e o Stoxx 600 teve percas acima dos 3%.

No final do ano, para concluir a ronda de mensagens negativas, o Banco do Japão anunciou inesperadamente a mudança da sua política de controlo da curva das *yields*, com os 10 anos a poderem subir 0,5% tendo sido limitados a 0,25% anteriormente. Esta notícia causou uma onda de vendas massificadas dos ativos de obrigações americanas e europeias por parte do banco central do japão para compra de ativos japoneses, o que levou as *yields* alemãs a 10 anos a subirem 0,101%.

Em suma, o ano de 2022 acabou por ser um período onde vários eventos macroeconómicos e geopolíticos juntaram-se para criar a tempestade perfeita. A guerra na Ucrânia e a consequente onda de sanções à Rússia, expôs a dependência do gás e do petróleo deste país por parte da Europa, o que fez disparar os preços das matérias-primas, dando lugar à inflação galopante em vários países. A isto aliou-se a abertura das economias e apoios governamentais no pós-COVID, o que aumentou a procura em níveis que as cadeias de fornecimento não estavam preparadas para suprir. Finalmente, juntaram-se as consequentes ações de aumentos de taxas de juro a um ritmo extremamente rápido por parte dos bancos centrais para combater a inflação, que se arriscam a criar uma recessão global no próximo ano.



Em conjunto, estes eventos provocaram o pior ano para ações desde a crise financeira de 2008 com os principais índices americanos como o S&P500 e o Nasdaq a perderem 18,1% e 32,5% respetivamente. Do lado europeu, o Stoxx600 conseguiu amparar melhor as perdas acabando melhor em 9,9%. Contudo, o ano acabou por ser um desastre para o mercado dos chamados ativos de menos risco como dívida pública e privada. As percas nos principais índices de dívida privada e pública chegaram a um valor médio de 20%. A queda conjunta de ações e obrigações apenas havia acontecido três vezes na história dos mercados: em 1974, 1984 e 1994. Não obstante, nunca o mercado obrigacionista global havia tido quedas tão pronunciadas num único ano. A ação dos Bancos Centrais, após ter originado o pior ano de performance obrigações de sempre com a normalização de política monetária, continuará a concentrar o foco dos investidores no início de 2023.

### Economia Portuguesa

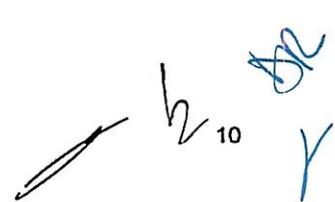
A economia portuguesa, de certa forma, isolada do choque energético devido à utilização extensiva de energias renováveis e localização periférica, conseguiu crescer 6,8% em 2022. O sucesso das políticas de vacinação e a abertura do país permitiram um aumento do turismo e do consumo a níveis pré-pandémicos. Contudo, apesar do estímulo do primeiro trimestre, o crescimento do país abrandou nos três trimestres seguintes. Este abrandamento derivou em grande parte dos choques geopolíticos e financeiros que assolaram o resto do mundo, originados pela invasão da Ucrânia, o aumento da inflação e das taxas de juro. Apesar disso, o fulgor do mercado de trabalho, com os empregos a crescerem 2,3%, os apoios governamentais, e a poupança durante o período de quarentena na pandemia, permitiram atenuar os efeitos negativos dos mesmos, com o consumo a aumentar mesmo 5,9% face ao ano anterior.

O país também sofreu das pressões inflacionistas que se abateram sobre o resto do mundo, com a inflação a chegar aos 8,1% durante o ano. Estes aumentos levaram o governo de António Costa a tentar mitigar estes efeitos, traduzindo-se no cheque de 125 euros atribuído à população elegível em outubro. Este contexto

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa



inflacionista refletiu-se num investimento situado apenas nos 1,3%, uma redução face ao período homólogo anterior.

Devido à abertura das fronteiras e ao crescimento exponencial do turismo no período pós-pandemia, as exportações cresceram 17,7%, levando a balança corrente e de capital a demonstrar um défice de 0,6% do PIB português. O principal índice acionista português, o PSI-20, foi um dos grandes vencedores de 2022, subindo cerca de 2,5% durante o ano, muito por culpa do peso das energéticas portuguesas, que conseguiram resultados bastante robustos durante o ano.

No final do ano, a estabilidade governamental esperada pela maioria absoluta do governo do Partido Socialista começou a ser posta em causa pelos vários casos mediáticos envolvendo membros do corpo governativo que resultaram nas demissões do ministro das infraestruturas, Pedro Nuno Santos, e da secretária de estado do tesouro, Alexandra Reis, terminando com a moção de censura proposta pela Iniciativa Liberal. Apesar de não se esperar uma queda do governo, este desenvolvimento pode pôr em causa as metas orçamentais, podendo inclusive ter um impacto negativo no crescimento económico previsto pelo Banco de Portugal, que se situa nos 1,5%.

As preocupações principais do país vão, tal como no resto do mundo, centrar-se na gestão das políticas monetárias restritivas por parte do Banco Central Europeu e na mitigação de uma possível recessão, esperada para o resto da Europa e dos Estados Unidos.

## Principais indicadores da atividade

(montantes em euros)

	2022	2021
<b>Balanço</b>		
Ativo	3 356 134	3 282 447
Capital Próprio	2 647 867	2 610 210
<b>Demonstrações dos Resultados:</b>		
Serviços prestados	1 980 933	2 061 032
Outros rendimentos e gastos	(1 924 523)	(2 010 025)
<b>Resultado operacional</b>	<b>56 410</b>	<b>51 007</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2 196	0
Imposto sobre o rendimento do período	(20 949)	(24 878)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>37 657</b>	<b>26 129</b>
<b>Volume sob Gestão</b>	<b>1 122 903 114</b>	<b>1 165 069 483</b>
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	1,42%	1,00%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	1,12%	0,80%

O proveito com comissões diminuiu cerca de 4% em 2022, devido ao facto de a instabilidade de mercado ter colocado os volumes de ativos geridos abaixo do período homólogo. Contudo, verificou-se também uma diminuição ligeira de custos no mesmo período, nomeadamente em custos com pessoal, por decréscimo das remunerações decorrente da alteração da administração, o que se traduziu num aumento do resultado líquido do exercício comparativamente ao do período homólogo.

A restante atividade manteve-se estável. Quanto às rentabilidades, quer do Capital Próprio, quer do Ativo, foram reforçados em 2022.

O total de valor líquido gerido dos Fundos de Pensões diminuiu aproximadamente 4% entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em resultado do efeito negativo do mercado e de uma menor contribuição do Associado e que foi atenuado pela entrada do Fundo de Pensões BANIF, apresentando-se o detalhe conforme se segue:

	2022	2021	Varição
Fundo de Pensões do Banco Santander Totta	1 008 553 141	1 164 201 916	-13%
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	923 713	867 567	6%
Fundo de Pensões BANIF	113 426 259	(a)	-
	<b>1 122 903 114</b>	<b>1 165 069 483</b>	<b>-4%</b>

(a) O valor do Fundo em 31/12/2021 ascendia a 142 676 968 euros e era gerido pela Real Vida Seguros, S.A., tendo a transferência da gestão para a Sociedade ocorrido em 26 de outubro de 2022.

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal  
 Capital Social: € 1 000 000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa



Em 2022, o mercado de Fundos de Pensões em Portugal registou uma diminuição de valor líquido sob gestão, totalizando cerca de 21 mil milhões de euros, o que compara com 24 mil milhões de euros em 2021.

Apesar do enquadramento de mercado ter sido marcado por uma alguma volatilidade, os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade registaram rentabilidades positivas. Os fundos terminaram o ano com um volume sob gestão inferior ao do ano anterior, tal como se compara no quadro acima, com um efeito negativo do mercado, no valor de cerca de 119 milhões de euros.

A alocação global dos ativos do Fundo de Pensões Banco Santander Totta gerido pela Sociedade mostra um grau de diversificação sólido. O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, a 31 de dezembro de 2022, tinha 54% dos seus ativos alocados em unidades de participação de fundos de investimento, 40% em obrigações, 2% em depósitos, 2% em imóveis e os restantes 2% em outros investimentos. O Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa apresentava a sua carteira composta, na sua quase totalidade, por unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Relativamente ao novo fundo integrado pelo Sociedade, o Fundo de Pensões BANIF, a carteira divide-se em dois planos que oferecem diferentes garantias e requerem diferentes níveis de contribuição: benefício definido e contribuição definida.

#### **Plano de Pensões de Benefício Definido**

É um plano em que os benefícios se encontram previamente definidos (por exemplo: uma percentagem do salário à data da reforma) e as contribuições a entregar ao fundo são calculadas, por forma a garantir o pagamento daqueles benefícios. Nestes planos, a Sociedade assegura o financiamento do fundo de pensões, uma vez que as responsabilidades futuras com pensões têm que estar financiadas.

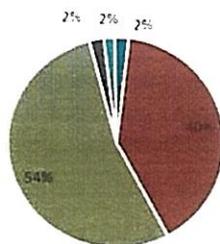
#### **Plano de Pensões de Contribuição Definida**

É um plano em que as contribuições são previamente definidas (por exemplo: uma percentagem sobre o salário mensal de cada trabalhador), sendo os benefícios determinados em função do montante final acumulado das contribuições entregues e dos respetivos rendimentos. Nestes planos, a Sociedade efetua a sua contribuição de acordo com as regras do plano, que ela própria definiu. Desta forma, conhece antecipadamente os encargos com o plano, permitindo uma melhor gestão do benefício concedido aos colaboradores. As perdas estão particularmente ligadas ao processo de desenho dos planos de pensões e de falhas na prestação de informação, podendo, no entanto, estarem também ligadas ao incumprimento das contribuições previstas.

Nestes dois planos, os ativos predominantes são as obrigações e as unidades de participação de fundos de investimento.

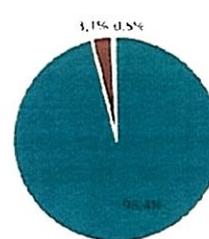
Abaixo, representação gráfica dos três fundos:

Fundo de Pensões Banco Santander Totta



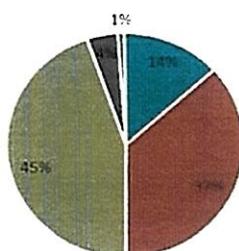
■ Imóveis ■ Obrigações ■ Unidade de Participação ■ Depósitos ■ Outros Ativos

Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa



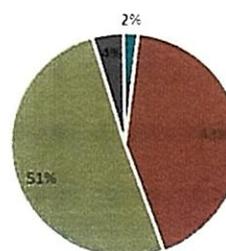
■ Unidade de Participação ■ Depósitos ■ Outros Ativos

FP BANIF Benefício Definido



■ Imóveis ■ Obrigações ■ Unidade de Participação ■ Depósitos ■ Outros Ativos

FP BANIF Contribuição Definida



■ Ações ■ Obrigações ■ Unidade de Participação ■ Depósitos

## Principais acontecimentos

Como já referido, a 26 de outubro de 2022, a Sociedade integrou na sua gestão o Fundo de Pensões BANIF.

Destaque para o Fundo de Pensões Banco Santander Totta que foi distinguido com o prémio de Melhor Fundo de Pensões em Portugal 2022 pela prestigiada revista britânica IPE-Investments & Pensions Europe, no âmbito do evento IPE Conference & Awards 2022, pelo segundo ano consecutivo.

## Factos relevantes

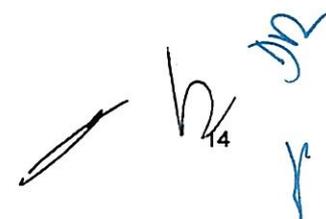
A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos 12 meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000 – NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa



dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.

#### **Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022**

O Conselho de Administração da Sociedade acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Sociedade e o seu impacto foi moderado, sem reflexo essencialmente na redução dos ativos sob gestão, por desvalorização de mercado.

#### **Reconsideração da Continuidade**

O Conselho de Administração da Sociedade continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade.

#### **Objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros**

A Sociedade faz uma análise periódica aos principais riscos existentes no âmbito da sua atividade: risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial; considerando que, para todos estes, existe baixa exposição, pela especificidade e características da mesma.

Face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito, para além do Banco Santander Totta - os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. e aos outros créditos a receber, nomeadamente as comissões de gestão dos Fundos de Pensões geridos e ainda não recebidas em 31 de dezembro de 2022, mas que já se encontram pagas à data de emissão deste relatório. Não existe exposição a taxa de juro.

A Sociedade apresenta elevados níveis de liquidez e não tem exposição direta ao risco de mercado. No que se refere ao risco cambial, os ativos e passivos da Sociedade são, exclusivamente, denominados em euros, pelo que a exposição a este risco apenas existe por via indireta, através dos fundos por si geridos.

#### **Perspetivas para 2023**

Para 2023, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, a atividade de gestão dos dois Fundos de Pensões do Grupo Santander em Portugal, sendo expectável para breve a fusão entre o Fundo de Pensões Banco Santander Totta e o Fundo de Pensões BANIF, que aguarda autorização formal do Regulador (ASF).

#### **Factos relevantes após o termo do exercício**

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e que devessem ser registados e/ou divulgados.

### **Proposta de aplicação de resultados**

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais uma vez que as registadas cumprem o limite previsto no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 37 656,70 euros seja totalmente transferido para resultados transitados.

### **Nota Final**

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados verificados, nomeadamente:

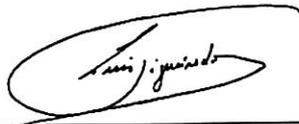
- Ao Banco Santander Totta, S.A., por todo o seu contributo e empenho;
- Ao colaborador da Sociedade pela sua dedicação e esforço;
- À entidade de supervisão, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da Sociedade e Revisor Oficial de Contas, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções;
- À Santander Asset Management – SGOIC, S.A..

Lisboa, 22 de fevereiro de 2023

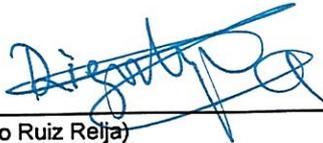
### **O Conselho de Administração**



(Nuno Miguel de Oliveira Henriques)



(Luis Manuel Matos Figueiredo)



(Diego Ruiz Rêlja)



(Sara Eusébio da Fonseca)

**SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

*(Montantes expressos em Euros)*

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos intangíveis	7	-	2 684
<b>Total do ativo não corrente</b>		-	<b>2 684</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Outros créditos a receber	9	537 310	517 221
Caixa e depósitos bancários	4	2 818 824	2 762 542
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>3 356 134</b>	<b>3 279 763</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3 356 134</b>	<b>3 282 447</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	12	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	12	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados	12	1 222 793	1 196 664
		2 610 210	2 584 081
Resultado líquido do período	12	37 657	26 129
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2 647 867</b>	<b>2 610 210</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Estado e outros entes públicos	19	23 436	6 411
Outras dívidas a pagar	11	684 831	665 826
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>708 267</b>	<b>672 237</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>708 267</b>	<b>672 237</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>3 356 134</b>	<b>3 282 447</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



**SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	13	1 980 933	2 061 032
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 715 692)	(1 698 835)
Gastos com o pessoal	15	(212 270)	(287 803)
Outros rendimentos	16	37 966	23 532
Outros gastos	17	(31 843)	(45 624)
Provisões (aumentos/reduções)	10	-	9 966
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>59 094</b>	<b>62 268</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(2 684)	(11 261)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>56 410</b>	<b>51 007</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	18	2 196	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>58 606</b>	<b>51 007</b>
Imposto sobre o rendimento do período	19	(20 949)	(24 878)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>37 657</b>	<b>26 129</b>
<b>Resultado por ação básico</b>	20	<b>0,19</b>	<b>0,13</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

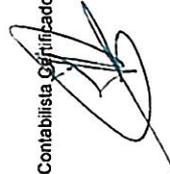
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

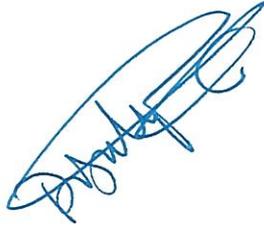
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 31/12/2020		1 000 000	200 000	187 417	1 158 603	40 061	2 584 081
Aplicação do resultado de 2020		-	-	-	-	(40 061)	-
Resultado líquido do período de 2021	12	-	-	-	40 061	26 129	26 129
Saldos em 31/12/2021		1 000 000	200 000	187 417	1 198 664	26 129	2 610 210
Aplicação do resultado de 2021	12	-	-	-	26 129	(26 129)	-
Resultado líquido do período de 2022	12	-	-	-	-	37 657	37 657
Saldos em 31/12/2022		1 000 000	200 000	187 417	1 222 793	37 657	2 647 867

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		2 054 935	2 132 878
Pagamentos a fornecedores		(1 630 632)	(1 731 836)
Pagamentos ao pessoal		(257 891)	(219 446)
Caixa gerada pelas operações		166 412	181 597
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4 502)	(42 807)
Outros recebimentos/pagamentos		(107 824)	(106 679)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		54 087	32 111
<b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	-	2 000 000
Juros e rendimentos similares		2 196	117
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 196	2 000 117
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		56 282	2 032 228
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.5 (ii)	2 762 542	730 314
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.5 (ii)	2 818 824	2 762 542

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado




O Conselho de Administração




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante “Sociedade” ou “Santander Pensões”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de fundos de pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão da Santander AM Holding, S.L., por incorporação, no Banco Santander S.A., pelo que a Sociedade passou a ser detida diretamente pelo Banco Santander S.A. em Espanha.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade foi responsável pela gestão do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa (adiante “FP BST” e “FP ARE”, respetivamente). Em 26 de Outubro de 2022, em adição aos dois fundos referidos anteriormente e por esta geridos, a Sociedade integrou a gestão do Fundo de Pensões BANIF (“FP BANIF”), após aprovações regulatórias. Este processo encontrava-se em curso desde 18 de julho de 2018, data da carta conjunta entre a Real Vida Seguros, S.A., a Oitante, S.A. e o Banco Santander Totta, S.A. (“BST”), em que se solicitou a extinção de quota-parte e posterior transferência da gestão do FP BANIF para a Santander Pensões. Espera-se que, no início de 2023, ocorra a fusão entre os fundos de pensões FP BST e FP BANIF, logo que fique autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), enquanto entidade reguladora das referidas entidades.

Ao abrigo do seu contrato constitutivo e dando cumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário, fazem parte integrante do Fundo de Pensões BANIF três planos de pensões, conforme segue:

Plano de pensões I	Benefício definido (BD)
Plano de pensões II	Contribuição definida (CF)
Plano de pensões III	

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2023, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas do SNC aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo

DL  v

com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos e passivos correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos e passivos não correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021.

### 3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O ativo intangível é depreciado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos que se considera refletir de forma adequada o período de vida útil do ativo. No exercício de 2022, este ativo ficou totalmente amortizado.

### 3.3. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros (diferenças temporárias), bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos decorrem das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos considerados para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes considerados para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.4. Instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se registados no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento original inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado, entendendo a Sociedade que não existem diferenças materialmente relevantes para o respetivo justo valor.

(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos/contratos de gestão dos Fundos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

de Pensões sobre o valor da média aritmética das valorizações da carteira no último dia de cada mês do trimestre.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos fundos de pensões por si geridos são as seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%	0,21%
Fundo de Pensões BANIF - Plano I (BD)	0,18%	-
Fundo de Pensões BANIF - Planos II e III (CD)	0,22%	-

Exclusivamente no que respeita aos Planos de Contribuição Definida do FP BANIF, e a título de remuneração pelas atividades e tarefas de gestão administrativa, será ainda devida à Sociedade, uma comissão calculada nos seguintes termos:

- a) 0,22% calculada sobre o valor da carteira do FP BANIF, no final de cada mês e será cobrada pela Sociedade nos cinco dias subsequentes ao final do mês a que respeite;
- b) 0,25% sobre o valor das transferências e reembolsos efetuados pelo FP BANIF com um montante máximo de 25 euros por operação.

Por transferências e reembolsos efetuados pelo FP BANIF, entende-se a entrega de um montante determinado em função das contribuições executadas pelos participantes, em caso de desemprego de longa duração, doença grave ou incapacidade permanente para o trabalho. O reembolso previsto no pode ser efetuado sob a forma de renda ou capital.

### 3.6. Comissões a pagar

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou, com a Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“SAM” ou “Santander Asset Management”), um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos dois fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM, correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos dos fundos de pensões no último dia de cada mês do trimestre (“comissões de gestão”). Em 26 outubro de 2022, no momento do início de gestão do FP BANIF pela Sociedade, o referido contrato foi atualizado com o objetivo de incluir este fundo no plano de prestação dos referidos serviços, replicando a taxa de comissão aplicada. Esta comissão é cobrada trimestralmente.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos Fundos de Pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (“comissão adicional”).

A Sociedade celebrou um contrato de prestação de serviços de gestão administrativa referente ao Plano II e ao Plano III (ambos de Contribuição Definida) com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“STS”), do qual resulta uma remuneração paga pela Sociedade de 0,18% calculada sobre o valor da carteira dos referidos Planos de Pensões, no final de cada mês e será cobrada pela STS nos cinco dias subsequentes ao final do mês a que respeite. Esta comissão é devida pelas atividades e tarefas de gestão administrativa executadas pela STS.

3.7. Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertas. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

3.8. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "Diferimentos", no Ativo ou Passivo, em "Outros créditos a receber" (Nota 9) ou em "Outras dívidas a pagar" (Nota 11).

3.9. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço (eventos não ajustáveis ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.11. Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

- Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

#### 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.4 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos à ordem:		
Banco Santander Totta, S.A.	<u>2 818 824</u>	<u>2 762 542</u>
	<u>2 818 824</u>	<u>2 762 542</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

A conta de depósitos encontra-se a ser remunerada à taxa €STR - 0,75% com *floor zero*.

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2022 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e nas estimativas.

#### 6. PARTES RELACIONADAS

##### 6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A.. São consideradas partes relacionadas, para além do acionista, as empresas do Grupo Santander e os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade. São ainda consideradas partes relacionadas o pessoal-chave da gestão da Sociedade e/ou do acionista e respetivos membros íntimos da família, bem como qualquer entidade em que estes exerçam posição de controlo, controlo conjunto, influência significativa ou em que possuam, direta ou indiretamente, poder de voto significativo.

##### 6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2022, os membros do Conselho de Administração são conforme segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques – Presidente;
- Luís Manuel Matos Figueiredo – Administrador executivo;
- Diego Ruiz Reija – Administrador não executivo; e
- Sara Eusébio da Fonseca – Administrador não executivo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 121 855 euros e 220 238 euros, respetivamente (Nota 15).

##### 6.3. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

31/12/2022										
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Fundo de Pensões BANIF	Santander Totta Seguros	Agon Portugal	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	Gesban PT	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2 818 824	-	-	-	-	-	-	-	-	2 818 824
Outros créditos a receber (Nota 9)	-	458 322	452	63 466	15	-	15 055	-	-	537 310
	<u>2 818 824</u>	<u>458 322</u>	<u>452</u>	<u>63 466</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>15 055</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 356 134</u>
<b>Passivo</b>										
Outras dívidas a pagar (Nota 11)	3 343	-	-	-	-	-	553 905	-	-	557 248
	<u>3 343</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>553 905</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>557 248</u>
<b>Total</b>	<b>2 815 481</b>	<b>458 322</b>	<b>452</b>	<b>63 466</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>(538 850)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 798 886</b>
<b>Rendimentos e gastos</b>										
Serviços prestados (Nota 13)	-	1 913 848	1 855	63 466	778	986	-	-	-	1 980 933
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	(1 604 017)	-	(27 060)	(1 631 077)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(45 866)	-	-	-	-	-	(144 038)	-	-	(189 904)
	<u>(45 866)</u>	<u>1 913 848</u>	<u>1 855</u>	<u>63 466</u>	<u>778</u>	<u>986</u>	<u>(1 748 055)</u>	<u>-</u>	<u>(27 060)</u>	<u>159 952</u>

31/12/2021										
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Fundo de Pensões BANIF	Santander Totta Seguros	Agon Portugal	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	Gesban PT	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2 762 542	-	-	-	-	-	-	-	-	2 762 542
Outros créditos a receber (Nota 9)	-	516 763	458	-	-	-	-	-	-	517 221
	<u>2 762 542</u>	<u>516 763</u>	<u>458</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 279 763</u>
<b>Passivo</b>										
Outras dívidas a pagar (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	497 809	-	-	497 809
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>497 809</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>497 809</u>
<b>Total</b>	<b>2 762 542</b>	<b>516 763</b>	<b>458</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(497 809)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 761 954</b>
<b>Rendimentos e gastos</b>										
Serviços prestados (Nota 13)	-	2 059 220	1 812	-	-	-	-	-	-	2 061 032
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	(1 609 563)	-	(25 830)	(1 635 393)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(44 511)	-	-	-	-	-	(219 612)	-	-	(264 123)
	<u>(44 511)</u>	<u>2 059 220</u>	<u>1 812</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1 829 175)</u>	<u>-</u>	<u>(25 830)</u>	<u>161 634</u>

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

2022								
Saldo em 31/12/2021			Alienações			Saldo em 31/12/2022		
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
33 782	(31 098)	-	-	-	(2 684)	33 782	(33 782)	-
<u>33 782</u>	<u>(31 098)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2 684)</u>	<u>33 782</u>	<u>(33 782)</u>	<u>-</u>

2021								
Saldo em 31/12/2020			Alienações			Saldo em 31/12/2021		
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
33 782	(19 837)	-	-	-	(11 260)	33 782	(31 098)	2 684
<u>33 782</u>	<u>(19 837)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11 260)</u>	<u>33 782</u>	<u>(31 098)</u>	<u>2 684</u>

DR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam depósitos a prazo. No decorrer do ano 2021, venceram os dois depósitos existentes.

Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	31/12/2021	31/12/2022
					Montante total	Montante total
EUR	23 de janeiro de 2021	0,000%	1 000 000	-	-	-
EUR	22 de julho de 2021	0,000%	1 000 000	-	-	-
			<u>2 000 000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

<u>Ativo</u>	31/12/2022	31/12/2021
Comissões de gestão		
Fundo de Pensões BST	458 322	516 763
Fundo de Pensões BANIF	63 466	-
Fundo de Pensões ARE	452	458
	<u>522 240</u>	<u>517 221</u>
Outras contas a receber		
Santander Asset Management - Remuneração	15 055	-
Santander Totta Seguros - PIR 2022	15	-
	<u>15 070</u>	<u>-</u>

Os saldos a receber divulgados resultam do acréscimo das comissões de gestão dos Fundos de Pensões relativas ao último trimestre do exercício de 2022.

Os 15 055 euros a pagar à SAM respeitam a um encontro de contas entre as duas Sociedades por remunerações referentes ao administrador que renunciou ao cargo em dezembro de 2021 (ver Nota 15).

10. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022				
	Saldos iniciais	Reforço	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Outras Provisões	-	-	-	-	-

	2021				
	Saldos iniciais	Reforço	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Outras Provisões	9 966	-	(9 966)	-	-

DL  
  
 re  
 h  
 y

As "Outras Provisões" tinham por objetivo fazer face a responsabilidades no âmbito da atividade desenvolvida pela Sociedade entre 2014 e 2016, decorrentes de diferentes interpretações da legislação fiscal e para as quais a Administração considerava ser mais provável do que não a ocorrência de desembolsos no futuro. As eventuais responsabilidades referidas foram extintas em 2021.

#### 11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	363 668	375 280
Comissão adicional	183 511	122 529
Comissão a pagar à STS	13 349	-
Serviços obtidos e não faturados	30 073	24 986
Remuneração fixa	10 069	43 209
Remuneração variável	84 161	99 822
	<u>684 831</u>	<u>665 826</u>

Em 31 de dezembro de 2022 encontrava-se por pagar o último trimestre das comissões de gestão e a comissão adicional relativas ao exercício de 2022, as quais foram liquidadas em janeiro de 2023.

A rubrica "Remuneração fixa" apresenta o acréscimo da remuneração relativa aos meses de dezembro de 2022 e, em 2021, aos meses de novembro e de dezembro. O custo com estas remunerações é suportado pela Santander Asset Management e, posteriormente, faturado à Sociedade.

A rubrica "Remuneração variável" refere-se à estimativa dos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho no exercício de 2022, adicionados dos valores a pagar de anos anteriores e diferidos por três anos (**Nota 15**).

Os valores por serviços obtidos e não remunerados dizem respeito a estimativas por custos de auditoria e consultoria fiscal.

#### 12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Sociedade estava representado por 200 000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

Em conformidade com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. A 31 de dezembro de 2022 e 2021 as reservas legais são 20% do capital social da Sociedade.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 21 de fevereiro de 2022, foi decidido e aprovado que o resultado líquido do exercício de 2021, no montante de 26 129 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2023, foi proposto, para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, que o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de 37 657 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

13. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado como se segue:

	2022	2021
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões Banco Sabtander Totta	1 913 848	2 059 220
Fundo de Pensões BANIF	63 466	-
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1 855	1 812
Outras comissões	1 764	-
	<u>1 980 933</u>	<u>2 061 032</u>

As outras comissões referem-se à comissão recebida de 2% sobre as contribuições da STS, da Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. e da Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A. para o Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, do qual são Associados, relativa ao Plano Individual de Reforma ("PIR") dos colaboradores.

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada como se segue:

	2022	2021
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões	1 604 017	1 609 563
Contabilidade	27 060	25 830
Auditoria, consultoria e outros serviços	57 548	42 332
Outros trabalhos especializados	26 987	21 030
Outros	80	80
	<u>1 715 692</u>	<u>1 698 835</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos serviços de contabilidade prestados pela Gesban Servicios Administrativos Globales S.A., Sucursal em Portugal ("Gesban PT").

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda para os exercícios de 2022 e 2021, detalham-se como se segue:

	2022	2021
Revisão legal das contas anuais (i)	16 000	14 150
Outros serviços de garantia de fiabilidade (i)	12 600	9 630
	<u>28 600</u>	<u>23 780</u>

(i) Valores sem IVA e sem despesas

DR    

15. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Gastos com o pessoal" é detalhada como se segue:

	2022	2021
Remuneração de:		
Órgãos de gestão - Remuneração fixa	82 255	124 476
Órgãos de gestão - Remuneração variável	39 600	68 400
Órgão de fiscalização	22 366	23 680
Colaboradores cedidos	24 408	23 361
Outros benefícios	14 879	13 376
Encargos sociais	28 762	34 510
	212 270	287 803

A Sociedade recorre a 1 colaborador cedido pelo Banco Santander Totta.

A variação nas remunerações respeita a alteração da estrutura do quadro do Conselho de Administração.

Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

2022		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsenio do Sacramento	Vogal	5 520
Luis Paulo Glória Picardo de Sousa	Vogal	3 379
Marta Alarcão Troni	Vogal	813
		17 231
2021		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	7 520
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	5 520
José Francisco Antunes Rodrigues	Vogal	5 520
		18 560

Em 11 de janeiro de 2022, terminou o mandato do Conselho Fiscal da Sociedade. Na mesma data, a Assembleia Geral deliberou sobre a nova composição do órgão de fiscalização que entrou em funções para o triénio ali iniciado.

Em 5 de setembro de 2022, o vogal Luís Paulo Glória Picardo de Sousa renunciou ao cargo, tendo os efeitos da denúncia ocorrido no final do mês seguinte ao da comunicação. O vogal foi substituído por Marta Alarcão Troni que iniciou funções em 15 de novembro de 2022.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)Órgãos de Gestão

Em 31 de dezembro 2022, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como indicados na Nota 6.2.

Em 2022 e 2021, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração detalham-se conforme se segue:

	2022	2021
Remuneração fixa:		
José Neves	14 072	55 977
Nuno Henriques	40 000	40 000
Luis Figueiredo	28 183	11 072
	<u>82 255</u>	<u>107 049</u>

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2022 e 2021.

Por decisão operacional da Sociedade, o Administrador José Neves, que renunciou ao seu cargo em finais de dezembro de 2021, ainda auferiu remuneração nos meses de janeiro a março de 2022.

A remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2022 tinha a seguinte desagregação:

		Pecuniário (euros)	Ações (euros)
Remuneração variável:			
Estimada em 2022 e a pagar em 2023, 2024, 2025 e 2026			
	Nuno Henriques	14 400	14 400
	Luis Figueiredo	5 400	5 400
		<u>19 800</u>	<u>19 800</u>
Atribuída em 2021 e pago em 2022			
	José Neves	4 200	4 200
	Nuno Henriques	13 920	13 920
	Luis Figueiredo	2 640	2 640
		<u>20 760</u>	<u>20 760</u>
Atribuída em anos anteriores e paga em 2022			
	Joaquim Calça e Pina	6 587	6 584
	José Neves	4 827	4 824
		<u>11 414</u>	<u>11 408</u>
Atribuída em anos anteriores e a pagar em 2023, 2024 e 2025			
	Joaquim Calça e Pina	2 987	2 984
	José Neves	4 800	4 800
	Nuno Henriques	9 280	9 280
	Luis Figueiredo	1 760	1 760
		<u>18 827</u>	<u>18 824</u>

O emitente das ações atribuídas aos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade é o Banco Santander S.A. (Espanha).

A política de remunerações da Sociedade prevê a possibilidade de, através dos seus órgãos competentes, decidir pelo não diferimento da remuneração variável quando este valor total não seja superior a 50 000 euros. Não se verificando a ultrapassagem deste limite, foi deliberado o pagamento integral relativo à remuneração variável atribuída em 2020, realizado em 2021.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)16. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outros Rendimentos e ganhos		
Excesso de estimativa de imposto ano anterior	-	6 940
Outros	37 966	16 592
	<u>37 966</u>	<u>23 532</u>

A rubrica "Outros" inclui 24 985 euros, resultantes da reversão de acréscimos de anos anteriores, relativos a Conselho Fiscal (11 040 euros) e Auditoria (13 945 euros) e referentes a valores, entretanto, liquidados (Nota 15). Inclui também a correção de 2 522 euros do valor das ações a atribuir aos administradores e 9 561 euros referentes a acertos entre a Sociedade e a SAM por valores de segurança social processados em excesso para o administrador cessante, relativos a 2021 (Nota 9).

17. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outros gastos:		
Quotizações	9 501	9 423
Outros	22 342	36 201
	<u>31 843</u>	<u>45 624</u>

Em "Outros" estão incluídos os valores de imposto de selo (5 897 euros), serviços bancários (14 014 euros) e reconhecimento de insuficiência de custo com remunerações variáveis relativas a anos anteriores (2 431 euros).

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos a ordem	2 196	-
Depósitos a prazo	-	117
	<u>2 196</u>	<u>117</u>

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para os exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

indicados:

- Menor do que 1.500.000 euros	0%;
- Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros	3%;
- Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros	5%;
- Maior do que 35.000.000 euros	9%

De acordo com o artigo 63.º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	(22 857)	-	(6 411)
	-	(22 857)	-	(6 411)
Setor Público Estatal				
Imposto Selo	-	(14)	-	-
Segurança Social	-	(565)	-	-
	-	(579)	-	-
Total	-	(23 436)	-	(6 411)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

DR  


SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes de impostos	58 606	51 007
Reversão de provisões constituídas em anos anteriores	-	(9 966)
Excesso estimativa de imposto	-	(6 940)
Outros	39	-
Benefícios fiscais	<u>(3 962)</u>	<u>(4 122)</u>
Lucro tributável	<u>54 683</u>	<u>29 979</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(11 483)	(6 296)
Derramas	(820)	(450)
Tributação autónoma	<u>(16 536)</u>	<u>(18 133)</u>
Total do imposto corrente	<u>(28 839)</u>	<u>(24 878)</u>
Total do imposto registado em resultados	(20 949)	(24 878)
Excesso /(insuficiência) de IRC relativo a anos anteriores (Nota 16)	7 890	6 940
Carga fiscal	<u>35,74%</u>	<u>40,71%</u>
Carga Fiscal já paga / a pagar		
Pagamento por conta	(5 982)	(18 467)
Estimativa de imposto a pagar / (a receber)	22 857	6 411

20. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado conforme se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício	37 657	26 129
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 11)	200 000	200 000
Resultado básico por ação	<u>0,19</u>	<u>0,13</u>

O resultado por ação básico é coincidente com o diluído, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

DR



**21. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS**

	Valor patrimonial	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fundos de pensões fechados:</b>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A.	1 008 553 141	1 164 201 916
Fundo de Pensões BANIF - Plano I (Benefício definido)	91 670 526	-
Fundo de Pensões BANIF - Planos II e III (Contribuição definida)	21 755 733	-
<b>Fundos de pensões abertos:</b>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	923 713	867 567
<b>Total</b>	<b>1 122 903 113</b>	<b>1 165 069 483</b>

Em 31 de dezembro de 2022, os níveis de cobertura de responsabilidades por serviços passados no Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa são de 109% e de 216%, respetivamente.

Em 2022 foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões BANIF no montante de cerca de 22 400 000 euros pelo Associado Banco Santander Totta, S.A.. A 31 de dezembro de 2022, o nível de financiamento do Plano I (BD) era de 70% (em 2021 57%) pelo que não cumpria o limite de financiamento mínimo estabelecido pelo Banco de Portugal para responsabilidades por serviços passados. O défice de financiamento do Fundo de Pensões BANIF, no montante de cerca de 38 500 000 euros (em 2021, 70 200 000 euros), associado a vicissitudes passadas, deverá ser ultrapassado aquando da conclusão do processo de transferência das responsabilidades do FP BANIF, por fusão por integração, para o FP BST. A Sociedade estima que a referida fusão dos dois fundos de pensões ocorra durante 2023, após aprovação da ASF.

**22. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS**Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

	31/12/2022				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos bancários (Nota 4)	2 818 824	-	-	-	2 818 824
Outros créditos a receber (Nota 9)	15 070	-	-	-	15 070
	<u>2 833 894</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 833 894</u>

	31/12/2021				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos bancários (Nota 4)	2 762 542	-	-	-	2 762 542
Outros créditos a receber (Nota 9)	-	-	-	-	-
	<u>2 762 542</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 762 542</u>

Conforme referido na Nota 3.4, a Sociedade estima que o custo amortizado dos depósitos bancários e dos outros créditos a receber não seja materialmente distinto do respetivo justo valor.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

#### Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que a sua atividade se resume à gestão de fundos de pensões. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta (Nota 4) e aos outros créditos a receber, nomeadamente comissões de gestão dos fundos de pensões ainda não recebidas em 31 de dezembro.

#### Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a financiamento.

#### Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" ascendia a 2 818 824 euros e a 2 762 542 euros, respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta. (Nota 4).

#### Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição significativa ao risco de mercado.

#### Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial, tendo em atenção que os ativos e passivos se encontram denominados em euros. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

23. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2022 e 2021 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

24. MARGEM DE SOLVÊNCIA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Margem de Solvência detalhava-se como se segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
I - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA MARGEM DE SOLVÊNCIA	2 647 867	2 607 526
II - MARGEM A CONSTITUIR		
ATMIDADE DE FUNDOS DE PENSÕES		
Resultado	1 797 903	1 840 069
Fundo de Garantia mínimo legal	800 000	800 000
Montante da Margem a Constituir	1 797 903	1 840 069
Montante do Fundo de Garantia a Constituir	800 000	800 000
III - MONTANTE TOTAL DA MARGEM A CONSTITUIR	1 797 903	1 840 069
IV - MONTANTE TOTAL DO FUNDO DE GARANTIA A CONSTITUIR	800 000	800 000
V - EXCESSO / INSUFICIÊNCIA DA MARGEM DE SOLVÊNCIA = ( I - III )	849 964	767 457
VI - TAXA DE COBERTURA DA MARGEM DE SOLVÊNCIA = ( I / III)	147,28%	141,71%

25. FACTOS RELEVANTES

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos 12 meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.

Esta instabilidade resultou numa redução dos ativos sob gestão da Sociedade, essencialmente por desvalorização de mercado.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e que devam ser registados e/ou divulgados.

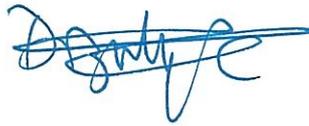
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração







## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3.356.134 euros e um total de capital próprio de 2.647.867 euros, incluindo um resultado líquido de 37.657 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Outras matérias**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 dos fundos de pensões (Fundos), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

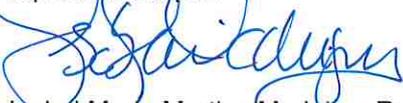
### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

22 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952  
Registado na CMVM com o n.º 20160569

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Ao Acionista da  
Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**

### **1. Relatório**

#### **1.1. Introdução**

Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

#### **1.2. Fiscalização**

No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Acompanhámos preliminarmente as contas, os resultados e o resumo da atividade desenvolvida pela Sociedade no final do mês de agosto de 2022 e no final do mês de novembro de 2022, bem como os Relatórios sobre os Resultados das atividades de Controlo da Função de Cumprimento e da Função de Gestão de Riscos com referência ao 1º semestre de 2022 e aos 3º e 4º trimestres de 2022.

Procedemos à leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e das reuniões da Assembleia Geral realizadas durante o ano de 2022, bem como à análise de informação diversa considerada relevante para efeitos da emissão do presente Relatório e Parecer.

Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade e revimos os Relatórios Adicionais ao Órgão de Fiscalização relativamente aos Fundos de Pensões do Banco Santander Totta e do Banif, preparados por aquela SROC, os quais referem não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade dos Fundos prosseguirem as operações em continuidade, nem terem sido identificadas deficiências significativas do sistema de controlo interno e/ou do sistema de contabilidade dos Fundos. Tomámos conhecimento dos respetivos Relatórios de Auditoria, emitidos (i) na modalidade de opinião sem reservas e com ênfase num dos Fundos (Fundo de Pensões Banif) e (ii) na modalidade de opinião sem reservas nos demais Fundos, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e cujos conteúdos damos aqui como integralmente reproduzidos.

Reunimos também com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.

MS  
ES

## 2. Parecer

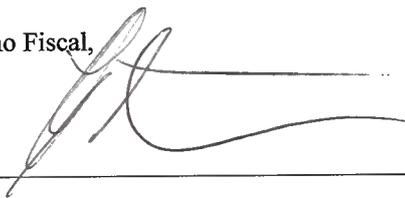
Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a. O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;  
e,
- b. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e aos Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

O Conselho Fiscal,



José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt

(Presidente)



Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

(Vogal)



Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento

(Vogal)